

UM MAPEAMENTO DA EVOLUÇÃO, DA ESTRUTURA E DAS DINÂMICAS DO SETOR MILITAR LIBANÊS

MAPPING THE EVOLUTION, STRUCTURE AND DYNAMICS OF THE LEBANESE MILITARY SECTOR¹

MAPEANDO LA EVOLUCIÓN, LA ESTRUCTURA Y LAS DINÁMICAS DEL SECTOR MILITAR LIBANÉS²

FELIPE GOULART³

RESUMO

O artigo objetiva descrever o processo histórico de formação das Forças Armadas Libanesas (FAL) e a presente situação em que elas se encontram, chamando atenção para os desafios locais e regionais que devem enfrentar, como as bases confessionnalistas do Estado libanês e os impactos da guerra síria sobre o Líbano.

Palavras-chave: Líbano. Política. Defesa e Segurança. Forças Armadas. Confessionalismo.

ABSTRACT

The article aims at describing the historical process that led to the formation of the Lebanese Armed Forces (LAF) and their current situation, focusing on the local and regional challenges they have to face, such as the confessionalist tenets that guide the Lebanese state and the impacts of the Syrian war over Lebanon.

Keywords: Lebanon. Politics. Defense and Security. Armed Forces. Confessionalism.

RESUMEN

El artículo tiene por objetivo describir el proceso histórico que conllevó la formación de las Fuerzas Armadas Libanesas (FAL) y la situación actual de ellas, centrándose en los retos locales y regionales los cuales deben enfrentar, como los ejes confesionalistas del Estado libanés y los impactos de la guerra síria sobre el Líbano.

Palabras clave: Líbano. Política. Defensa y Seguridad. Fuerzas Armadas. Confesionalismo.

¹ Article available in English: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM>

² Artículo disponible en Español: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM>

³ Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) - Brasília, DF, Brasil

INTRODUÇÃO

O Líbano é uma referência familiar para os brasileiros, algo que não é de se estranhar. O centenário movimento de emigração desse país teve, como um dos seus principais destinos, o Brasil, onde reside a maior colônia libanesa no mundo.

A inserção de populações originárias do Líbano no Brasil contribuiu significativamente para a formação de nossa sociedade. Embora não se possa negar que os libaneses e outros árabes tiveram de superar o etnocentrismo das elites brasileiras para serem aceitos como parte de no nosso tecido cultural (MEIHY, 2016, p. 167-181), não paira dúvida de que, desde muitas décadas, essa diáspora fincou poderosas raízes aqui, pois seus expoentes desempenham papel de ponta em vários universos: o empresarial, o político, o acadêmico, o cultural, entre outros.

O elemento humano consagrou-se, assim, como o esteio sobre o qual repousam as relações entre os Governos brasileiro e o libanês. Nos últimos anos, entretanto, tem-se atestado a multiplicação dos canais de diálogo bilateral. Sempre tendo a expressiva coletividade de origem libanesa à vista, o Brasil decidiu, contudo, investir no desenvolvimento de mais esferas de cooperação, entre elas, a de defesa. Isto aconteceu dentro da estratégia brasileira de fortalecimento de sua presença nas missões de paz da ONU, com a adesão e liderança da Marinha do Brasil à Força Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL), em 2011, tema que tem sido cada vez detidamente analisado (ABDENUR, 2016).

Ainda que nos marcos de uma operação multilateral onusiana, o Brasil, à frente da FTM-UNIFIL, começou a interagir com intensidade sem precedentes junto às Forças Armadas Libanesas (FAL). O objeto do presente artigo é subsidiar informações sobre essa instituição, buscando mostrar o funcionamento dos órgãos militares do Líbano, como eles lidam com os problemas internos desse país e com a comunidade internacional.

AS FORÇAS ARMADAS NO MUNDO ÁRABE E O LÍBANO

A história política do Mundo Árabe, suas estruturas econômico-sociais e seu parque científico-tecnológico têm-se imbricado com a trajetória das forças armadas da região e dos diversos conflitos internacionais ou internos que se sucedem nessa parte do globo desde o fim da II Guerra Mundial. Desnecessário dizer que muitas corporações militares árabes perpetuaram-se no topo de instituições civis, como é o caso de regimes republicanos panarabistas como os da Argélia, do Egito, do Iraque, da Líbia e da Síria, muitos dos quais severamente impactados pela "Primavera Árabe". Ainda que regradas pela lógica

dinástica, as monarquias petroleiras do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) apresentam também pronunciados elementos castrenses. Por exemplo, tanto o ex-Emir do Catar, Hamad bin Khalifaath-Thani, quanto o Sultão de Omã, Qabus bin Said, tiveram formação militar e ocuparam-se de Ministérios de Defesa (CAMMETT et al., 2015).

O ambiente geopolítico médio-oriental, possivelmente o de maior tensão em todo o mundo, faz que percentuais incomuns dos orçamentos e dos PIBs dos países árabes correspondam a gastos com armas e manutenção dos aparatos de defesa e segurança. A Primavera Árabe e os subsequentes conflitos na Líbia, no Iêmen e na Síria reforçaram essa tendência. Em 2015, Arábia Saudita e Omã investiram mais de 10% de seus produtos internos nesses setores (HUCHON, 2017). Além de consumir recursos, as forças armadas árabes ativam a economia. No Egito, o setor militar monta a 15% do PIB e detém malha diversificada de atividades econômicas, da distribuição de pão ao mercado imobiliário. Os aparatos bélicos geram fortunas para oficiais, membros de serviços de inteligência e empresários próximos às elites governantes. Na Síria, o Estabelecimento Habitacional Militar, companhia construtora de bases para as forças armadas sírias, pertence a figura da família do Presidente Bachar al-Assad (CAMMETT et al., 2015, p. 383; MOUKITE, 2014).

Até determinado ponto, as FAL destoam dessa realidade. Para entender como, deve-se buscar a resposta na maneira como elas interagem com o restante da sociedade e da política libanesas.

HISTÓRICO

Já em sua data de criação, 1945, a composição e o funcionamento das FAL, como os de quase todos os entes governamentais do Líbano, têm refletido aspecto chave da morfologia social e política do país, a saber, a estruturação em critérios de nivelamento de representatividade entre as confissões locais, em particular os 18 grupos sectários oficialmente reconhecidos. Assim sendo, historicamente, o Governo libanês vem tentando equacionar a ambiguidade de ter instituições militares capazes de espelhar identidade unitária nacional e, simultaneamente, acomodar, com um mínimo de harmonia, a pluralidade religiosa. Para resolver a contradição fundamental entre a coesão estatal e o risco de fragmentação, as elites políticas elaboraram, desde a independência, o conceito transversal de neutralidade, adotado por todas as comunidades e muitos partidos, dentro de instituições estratégicas, com vistas a que as identidades localistas e suas conexões com outros países ou movimentos transnacionais não pusessem em xeque a coerência ou a própria sobrevivência de políticas de Estado (RIAL, 2014).

A neutralidade era, assim, corolário do sistema político confessionalista, estabelecido pelo Pacto Nacional de 1943 entre, principalmente, cristãos maronitas e muçulmanos sunitas. O Pacto determinou o formato do Estado libanês, organizado a partir da seguinte repartição essencial: a Presidência da República confiada a um maronita; a Presidência do Conselho de Ministros, a um muçulmano sunita; e a Presidência da Assembleia, a um muçulmano xiita, sendo à época essas três aglomerações as de maior peso populacional (EL ZEIN; NOTTEAU; DRAVET, 2013, p. 278-298; NAJEM, 2012, p. 4-33; RIAL, 2014, p. 1-2).⁴

No campo militar, a doutrina da neutralidade já se fazia visível mesmo antes da independência. Ainda no mandato francês (1920-1946), as tropas, já balanceadas por critérios sectários, não se envolveram no processo de emancipação. Durante a I Guerra Árabe-Israelense, em 1948, as FAL, entre todas as forças árabes do conflito, foram as que tiveram menor atuação. Diante do risco de polarização em 1958 entre os libaneses panarabistas e os filo-ocidentais, ameaçando contaminar o aparato castrense, as FAL, primeiramente sob a orientação de um de seus principais líderes, o General Fuad Chehab (que se tornou o terceiro Presidente do Líbano, entre 1958 e 1964), acabaram adquirindo a sua forma mais próxima de entidade neutra e apolítica. De formação francesa, Chehab buscou impermeabilizar a instituição militar contra fatores dispersivos partidário-confessionais. Com seu decreto 136, de 1959, ele proibiu a militância política a todas as tropas. Com isso, ele e seu sucessor, o Presidente Charles Helou (1964-1970), conseguiram não só transformar as FAL em corpo sólido, mas, também, fizeram que elas desempenhassem papel de vigilância sobre a sociedade civil, mediante o emprego de crescente aparelho de inteligência, conhecido como o "Deuxième Bureau" (KNUDSEN, 2014; RIAL, 2014, p. 2).

Os resultados dos esforços de Chehab e Helou foram progressivamente desmantelados em virtude sobretudo da atuação dos grupos armados da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) residentes no Líbano, que ganharam grande autonomia operacional e política no sul do país após a assinatura dos Acordos do Cairo, em 1969, mediados pelo Egito nasserista (DOT-POUILLARD, 2015).⁵ Esse

entendimento apareceu como o germe da Guerra Civil libanesa, entre 1975-1990, opondo, em seu início, cristãos aos palestinos e aos seus aliados locais, na maioria, muçulmanos. As tensões minaram a unidade das FAL, que foram enfraquecidas pelo sucessor de Helou, Suleiman Franjeh, ferrenhamente anti-palestino. Elas levaram à passividade das tropas e a deserções em massa. 15% dos militares desertores uniram-se às milícias em proliferação: Exército Árabe do Líbano, Exército do Líbano Livre, Exército do Sul do Líbano, Forças Libanesas, Batalhões da Resistência Libanesa (o AMAL), Hezbollah, Murabitun, etc. Todas elas aliavam-se a potências estrangeiras como Israel, Síria, Iraque, Líbia, Irã, entre outras (KNUDSEN, 2014). O desaparecimento das FAL como instituição não implicou, contudo, a extinção do chehabismo, que se perpetuou como influente escola de pensamento na caserna mesmo após o fim da Guerra Civil (MOUSSA, 2016; GEISSER, 2017, p. 94).

Em face de tamanha desestruturação, a diplomacia ganhou relevo no tratamento da agenda de defesa e segurança, tanto para convidar potências estrangeiras para intervir no país, como a Síria em 1976 (a chamada política externa da acomodação forçada), como para conter agressões, como a de Israel em 1978 ("Operação Litani"), ensejando a resposta do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) com a Resolução 478, que instava à retirada de Israel e criava a UNIFIL (SALLOUKH, 2008).

Ao longo dos anos 80, em plena Guerra Civil, o Governo tentou, sem sucesso, reconstituir as FAL. O principal ensaio de recuperação do aparato castrense nessa década teve lugar em 1983, sob a presidência de Amin Gemayel, que aumentou os efetivos das tropas, importou em larga escala material norte-americano e, equivocadamente, criou brigadas unificadas do ponto de vista confessional, para atuar em zonas onde seus respectivos grupos sectários eram predominantes. Tal política, em vez de suplantar as divergências no seio das tropas, acabou por aprofundá-las (RIAL, 2014, p. 3-5).

A restauração militar do Líbano veio alcançada só após o biênio de 1989-1990, graças às negociações dos Acordos de Ta'if e à pacificação do país. Com Ta'if, a distribuição do poder sustentado em quotas confessionais foi retraçada em favor dos muçulmanos. O Presidente, maronita, perdeu atribuições, ao passo que o Primeiro-Ministro, sunita, e, em menor medida, o Presidente da Assembleia, xiita, acumularam mais poderes. Refletindo as mudanças populacionais, os Acordos modificaram a representação parlamentar cristã-muçulmana, indo do quociente de 6/5 para a paridade de 5/5. No plano externo, a Síria, com o beneplácito dos EUA, da Arábia Saudita e de outros Governos, passou a despontar como força hegemônica em território libanês, inclusive estacionando contingentes militares e de espionagem (EL ZEIN; NOTTEAU; DRAVET, 2013, p. 278-298; NAJEM, 2012, p. 4-33).

⁴ Como sabido, o Pacto Nacional de 1943 foi acerto informal entre as elites maronitas e sunitas, com menor envolvimento dos xiitas, que correspondiam à parcela mais pobre da população. O balizamento demográfico da partilha dos poderes tinha como exclusiva referência o censo populacional de 1932, único oficial da história do Líbano, o qual registrou que 52% dos libaneses eram cristãos, ao passo que 45,5% seriam muçulmanos.

⁵ Os Acordos do Cairo continham regras escritas e não-escritas, algumas das quais seguem vigentes de modo tácito ainda hoje, muito embora o Poder Legislativo libanês tenha abrogado a validade desse documento em 1987. Entre elas, a proscrição de patrulhas das FAL e dos órgãos policiais libaneses dos campos de refugiados palestinos (com exceção, desde 2007, do assentamento de Nahral-Bared, no norte do Líbano), confiando a segurança aos grupos palestinos.

Nesse quadro, põe-se em marcha, a partir de 1992, o projeto "Integração Total". A iniciativa em tela ambicionava refundar as FAL: seus efetivos foram duplicados e as injeções orçamentárias elevaram-se. Houve profissionalização e incentivo ao uso esmagador de voluntários no lugar de conscritos. Tentando zelar pela unidade, procedeu-se a nova dosagem confessional: cinco brigadas com paridade religiosa, ao passo que outras seis teriam proporção de 7/3 entre, respectivamente, muçulmanos e cristãos, em maior sintonia com o panorama demográfico. Outra medida importante veio adotada com a Lei Geral de Anistia, gerando 50 mil milicianos desmobilizados. Os que aderiram à nova versão das FAL em geral provinham de camadas socio-econômicas baixas, sendo a maioria de muçulmanos. Em 1993, reintroduziu-se o recrutamento compulsório (KNUDSEN, 2014; RIAL, 2014, p. 5).

A remodelação das FAL na era da tutela de Damasco, entre 1990 e 2005, voltando a imunizá-las contra as vicissitudes do confessionalismo, não as distanciou da política. Quase o oposto, elas metamorfosearam-se em instituição de acentuada fidelidade ao regime dos al-Assad e aos seus serviços secretos. O Tratado de Irmandade, Cooperação e Coordenação de 1991, assinado entre os dois Governos, acabou restringindo a missão das FAL a papel de baixa intensidade em segurança interna, o que se traduzia no maior enraizamento de tropas do país vizinho, cujos números presentes em solo libanês oscilaram entre 15 mil e 25 mil.

Mais do que isso, a Síria orquestrou importante guinada na instrução militar no Líbano: pela primeira vez em décadas, oficiais libaneses deixaram de preparar-se em escolas ocidentais, como as da França, dos EUA e da Itália, e passaram a ser mandados para a academia de Homs, onde aprendiam a doutrina de defesa do Ba'thsírio. A tentativa de reeducação das lideranças das FAL pelo regime al-Assad pretendia esgarçar seus laços de fidelidade internos tecidos ao longo da Guerra Civil, dos quais se originou a segunda geração de oficiais libaneses, muito ligada ao General Michel Aoun, figura de realce da elite militar que, no fim do conflito e nos anos de tutela síria, opôs-se abertamente a Damasco. O oficialato treinado em Homs, que ocupou funções privilegiadas posteriormente, corresponderia à terceira geração das FAL (MOUSSA, 2016; NERGUIZIAN, 2015, p. 126).

A atuação das FAL como gendarme de Damasco terminou com o assassinato do Primeiro-Ministro Rafic Hariri em 2005 e a afirmação dos movimentos e partidos anti-Síria, antes censurados. A morte de Hariri serviu para os partidos libaneses contrários à presença síria fortalecerem campanha internacional

pelo fim da tutela militar, a qual acabou respaldada especialmente pelos EUA e pela França. Washington e Paris patrocinaram, em 2004, a Resolução 1559 do CSNU, a qual exigia a retirada dos contingentes militares sírios, bem como o desarmamento das milícias no Líbano que operavam em sintonia com os interesses do regime al-Assad, como o Hezbollah e diversas facções palestinas.

Mesmo antes da adoção da Resolução 1559 em Nova York, o General Michel Sleiman, então no comando das FAL, reinserindo o neutralismo "chehabista", recusou-se a sufocar as manifestações anti-Damasco. Com a retirada das tropas sírias em 2005, abriu-se nova fase em que o setor castrense queria agir como agente estabilizador suprapartidário, mas sem recorrer à repressão, à diferenciação que fizera nos tempos da "Pax Syriana" (KNUDSEN, 2014; RIAL, 2014, p. 6-7). Por um lado, saiu-se exitoso: nos dias de hoje, as FAL são vistas pela sociedade e por parceiros internacionais como a única instituição de cunho nacional e patriótico, desfrutando de aprovação de 75% da população (KNUDSEN, 2014). Mais do que isso, a classe militar desfruta de abono político e social sem precedentes. O trabalho de relações públicas das FAL para majorar a sua aceitação popular nem sempre encaixa-se nos moldes burocráticos de corporações militares ocidentais, nutrindo-se certo culto à personalidade de suas chefias, como foi o caso do ex-Comandante das FAL, General Jean Qahwaji, que, ainda na ativa durante o período de vácuo presidencial, teve seu nome cogitado como alternativa para solucionar o impasse da escolha do novo Chefe de Estado.⁶ Similarmente, nos escalões inferiores, fomenta-se valorização de oficiais e recrutas mortos em combate (os "shuhaadaa"), instaurando práticas martirológicas normalmente de comum emprego por milícias como o Hezbollah (KNUDSEN, 2014; GEISSER, 2017, p. 100-103).

Se bem seja correto que o sistema governativolibanês, calcado no balanceamento de poder entre os partidos confessionais, ainda afaste bastante o Líbano das repúblicas autoritárias de raiz panarabista ou das monarquias semi-absolutistas do Oriente Médio, onde as forças armadas assumem papel central na política e na economia, não é equivocado dizer que ele vem adquirindo, nas últimas duas décadas, contornos de uma "securocracia", pois seus núcleos decisórios absorvem crescentemente elementos da caserna. Comprova-se essa tendência

⁶ Em maio de 2014, encerrou-se o mandato do Presidente Michel Sleiman, em meio a já acirrada disputa na comunidade cristã-maronita pela sua sucessão. Sem que esse grupo sectário alcançasse consenso para a escolha do novo Chefe de Estado, o Líbano permaneceu por mais de dois anos em situação de vácuo presidencial.

ESTRUTURA, CAPACIDADES E DOCTRINA

com a constatação de que, dos três Presidentes libaneses anteriores com carreiras nas FAL, dois –Émile Lahoud e Michel Sleiman– governaram no período pós-Ta'if, com os mandatos entre, respectivamente, 1998-2007 e 2008-2014. Ademais, em novembro de 2016, após prolongamento por mais de dois anos de vacância presidencial, chegou-se a acordo para nomear para a chefia de Estado Michel Aoun, o quarto militar a chefiar o Estado libanês (EL-HUSSEINI, 2012).

Por outro lado, finda a arbitragem direta de Damasco sobre os diversos partidos e grupos sectários, as FAL voltaram a ter flanco aberto à competição confessional e à ameaça da corrosiva lógica clientelista. Tanto a coligação do 8 de Março (favorável à Síria e ao Irã) quanto o bloco do 14 de Março (ocidentalista e pró-Arábia Saudita), em numerosas ocasiões, buscaram penetrar em suas fileiras e reconfigurar a correlação de poder entre os oficiais, prestigiando quadros com a formação ideológica que mais lhes convém. Uma das últimas manifestações dessa dinâmica aconteceu em 2015 com os desentendimentos entre as duas facções para a escolha do sucessor do General Qahwaji. Com o dissenso, improvisou-se com meios juridicamente heterodoxos a dilatação de seu mandato (NERGUIZIAN, 2015, p. 130).

Para resguardar-se desses vetores de tensão e dispersão, assegurando minimamente a sua harmonia institucional, as FAL paradoxalmente têm empregado o sistema de equilíbrio confessional para o corpo de oficiais, em que vige, grosso modo, a paridade entre cristãos e muçulmanos, com leve vantagem para os primeiros. Levantamento realizado em 2010 exhibe as seguintes cifras nesse estrato da carreira militar: 29% de maronitas, 22% de xiitas, 22% de sunitas, 11% de greco-ortodoxos, 8% de melquitas, 7% de drusos e 1% de alauítas (NERGUIZIAN, 2015, p. 118-122).

Não se aplicam quotas ao restante das FAL. A repartição comunitária revelaria, por conseguinte, quais são os grupos que mais se engajam espontaneamente no serviço militar. O citado estudo de 2010 demonstra que as tropas, a exemplo da própria demografia libanesa, são majoritariamente muçulmanas: 33% sunitas, 27% xiitas, 13% maronitas, 6% greco-ortodoxas, 6% drusas, 5% não-declarados, 4% melquitas, 3% de outras minorias islâmicas, 1% de outras minorias cristãs. A moderada predominância de sunitas, que demole o mito de que as FAL teriam maioria de egressos de denominação xiita, explica-se pela adoção de sistema de contrato especial de 5 anos, intermediário entre a conscrição e a carreira militar convencional, variante de recrutamento considerada pelas populações rurais pobres sunitas economicamente vantajosa (NERGUIZIAN, 2015, p. 118-122).

Antes de 1989, a Lei de Defesa Nacional estipulava que as FAL prestavam obediência diretamente ao Presidente do Líbano. Com os Acordos de Ta'if, elas ficaram sob a égide do Conselho de Ministros, em particular seu Conselho Superior de Defesa, ente integrado pelo próprio Chefe de Estado, pelo Primeiro-Ministro e pelos titulares das pastas de Defesa, Interior e Municipalidades, Negócios Estrangeiros e Emigrados, bem como as de Finanças e Economia (NERGUIZIAN, 2015, p. 112-118).

A Lei prevê que as FAL subordinam-se ao seu Comandante, que, em teoria, deve reportar-se ao Ministro da Defesa, a sua principal autoridade. Na prática, ocorre que o titular da pasta, via de regra um civil, atua marginalmente dentro da máquina administrativa militar. A única exceção fora de Elias Murr, que se manteve à frente do Ministério de 2005 a 2011. Distintamente, o Comandante das FAL aparece como a mais influente personalidade. Ele centraliza bastante o processo decisório em termos regionais e tende mesmo a subtrair o poder das lideranças dos comandos dos seis "governoratos" (muhaafadhat) libaneses: Beirute, Monte Líbano, Vale do Bekaa, Norte, Sul e Nabatieh (NERGUIZIAN, 2015, p. 112-118).

Além de seu Comandante, o vértice das FAL engloba o Chefe do Estado Maior, de filiação sectária obrigatoriamente drusa, sob o qual se perfilam cinco Vice-Chefes, oriundos de diferentes confissões: o de pessoal (J-1), sunita; o de operações (J-3), xiita; o de logística (J-4), greco-ortodoxo; e o de planejamento (J-5), maronita. Quanto ao restante da estrutura, precisa-se levar em conta que as FAL, como descrito pela Lei de Defesa Nacional, são força conjunta, sem que existam armas independentes. O Exército do Líbano contaria com 61.400 homens. Eles são distribuídos dentro de organograma que abarca: 11 brigadas de infantaria (sendo cinco pesadas), 1 brigada médica e 1 brigada logística; a unidade do quartel-general; a guarda presidencial; 19 regimentos, entre os quais figuram o aerotransportador, de 1.100 homens; bem como o comando naval, com 1.080 fuzileiros.

Com toda a excepcionalidade do Líbano no Oriente Médio, suas forças armadas não fogem completamente ao padrão árabe, sofrendo de aparato inchado. Basta comparar a cifra total das tropas libanesas e o tamanho da população, de 4,2 milhões de habitantes (excetuando os cerca de 430 mil refugiados palestinos e os 1,2 milhão de refugiados sírios). Trata-se de uma das maiores proporções do mundo entre os contingentes militar e civil. Detecta-se outro desnível na repartição do orçamento, equivalente a 4% a 5% do PIB nos últimos anos, consumido em grande medida com a folha de

pagamento e, não, com armamentos. Constatam-se, também, distorções na pirâmide de comando: a sua cúpula abriga a pletera de 250 generais.⁷

O problema mais espinhoso advém, todavia, da desproporcionalidade entre os quantitativos humanos das FAL e as suas capacidades efetivas, apresentando-se como organização subfinanciada, subequipada, com potência de fogo muito limitada e infraestrutura subdesenvolvida, para não mencionar a carência de contingentes de reservas. Sem ter entrado em conflitos fronteiriços desde a Guerra de 1948, suas tropas terrestres não podem operar mais do que como supletivo de entes de segurança pública, como as Forças de Segurança Internas (FSI), para manutenção da paz civil doméstica. O comando naval, cuja frota localiza-se em Beirute e em Jounieh, cidade portuária adjacente à capital libanesa, logra monitorar a pequena costa libanesa de 225 km, mas, em nenhuma hipótese, teria meios para contrapor-se a incursões estrangeiras por mar. O regimento aerotransportador poderia ser visto como unidade de natureza quase simbólica: possui meia dúzia de helicópteros e dois aviões (KNUDSEN, 2014; LEROY, 2014, p. 191-193).

Desprovidas de indústria de defesa autóctone, mesmo porque deparam-se com embargos para receber vários componentes do exterior, as FAL absorvem armas e utensílios, frequentemente usados, obtidos a baixos preços ou por doação. Malgrado a diversidade, havendo artigos norte-americanos, franceses, russos, entre muitos outros, inquestionavelmente, nos últimos anos, as contribuições estadunidenses não teriam páreo. Acredita-se que elas perfazem entre 80% e 85% do arsenal, senão mais. Ainda assim, nada do que chega ao Líbano reduz a aguda carência das FAL. O estoque de munições brinda caso emblemático: cada soldado teria, anualmente, direito de disparar de 10 a 20 tiros. O treinamento tampouco é suficiente (LEROY, 2014, p. 191-193; NERGUIZIAN, 2015, p. 131-132).

Refém de adversidades tão severas, as FAL, na era pós-hegemonia de Damasco, viram-se diante de desafios de extrema complexidade, que, em algumas circunstâncias, além de denunciarem com nitidez suas fraquezas, impuseram-lhes árdua prova à sua disciplina e à sua unidade: a "Guerra do Verão" entre Hezbollah e Israel, em 2006; o combate à milícia jihadista do FATAH al-Islam no campo de refugiados palestinos de Nahral-Bared, em 2007; as escaramuças em Beirute Oeste entre o Hezbollah e seus aliados, de um lado, e contingentes sunitas fiéis ao partido Futuro, principal sigla do 14 de Março, em 2008;

e as ondas de choque da "Primavera Árabe" e da subsequente conturbação geopolítica regional, tendo como epicentro o conflito sírio, que se arrasta por mais de seis anos (LEROY, 2014, p. 188-189).

De fato, a guerra na Síria é de suma relevância para distinguir o retórico e o abstrato do tangível no rol das prioridades de segurança nacional anunciada oficialmente pelas FAL em 2015, que, de resto, não altera tanto o conteúdo da lista anterior, de 2008. A rigor, os militares do Líbano agruparam sete pontos doutrinários fundamentais: i) enfrentar a ocupação israelense e sua perpétua agressão no sul do Líbano e na parte ocidental do Vale do Bekaa, respaldando os cidadãos libaneses a atingirem a completa retirada de Israel das fronteiras internacionalmente reconhecidas; ii) defender o país e seus cidadãos de todo tipo de agressão; iii) confrontar todas as ameaças aos interesses vitais nacionais; iv) coordenar-se com as forças armadas árabes em conformidade com os tratados e os acordos previamente ratificados; v) manter a segurança interna e a estabilidade; vi) engajar-se em atividades de desenvolvimento social em harmonia com os interesses nacionais; vii) executar operações de auxílio, em coordenação com outras instituições públicas e humanitárias (NERGUIZIAN, 2015, p. 123-125).

Tarefas como a "i", a "ii" e a "iii" seriam irrealizáveis ou quase irrealizáveis somente pelas FAL. O politólogo Aram Nerguizian, perito em estudos militares sobre o Líbano, argumenta que enfrentar Israel ou a Síria, forjar monopólio do uso da força militar ou demarcar as áreas limítrofes continuam metas inexequíveis como política genuinamente nacional em face dos parcos recursos disponíveis. No que se refere ao item "iv", não se poderia superestimar o nível de proximidade entre Beirute e outros membros da Liga dos Estados Árabes (LEA) na esfera da defesa. A história do país já mostra como planos de adesão a mecanismos de segurança coletiva podem ensejar desentendimentos domésticos, entre as confissões e os partidos, como acontecera em 1958, com a tentativa de converter o Líbano em integrante do Pacto de Bagdá, concebido por Washington para a contenção do comunismo no Oriente Médio. Nos últimos dois anos, a administração local, vítima da falta de consenso, evade as propostas cogitadas por Egito e Arábia Saudita para a estruturação de forças conjuntas árabes ou islâmicas para erradicar o terrorismo, à luz da crescente campanha pelos países do CCG para rotular o Hezbollah, componente fundamental do tecido político e social libanês, como entidade terrorista (NERGUIZIAN, 2015, p. 123-125).

Decantado, o conjunto de prioridades cingir-se-ia aos três aspectos restantes, explicitamente direcionados ao teatro interno, com redobrada ênfase para a questão "v". Os efeitos da crise síria, com a ameaça de penetração cada vez mais preocupante

⁷ O caráter inchado e disfuncional das forças armadas no Mundo Árabe, a despeito dos elevados gastos que lhes são destinados, tem sido comentado à luz das recentes transformações geopolíticas deflagradas com a Primavera Árabe e do combate a entidades terroristas (FULL, 2015).

de elementos jihadistas, a exemplo do “Estado Islâmico’ (EI) e da Frente an-Nusra (agora chamada de Haii’iatTahrirash-Sham), afora a expansão sobre o país de outras redes terroristas transnacionais, compelem as FAL a concentrarem-se em atividades como a melhoria do quadro geral de segurança, ações anti-terror e, pela primeira vez, a aplicação de regime abrangente de monitoramento dos limites com o território sírio. Trata-se de novidade na trajetória militar libanesa, demandando remanejamento de tropas e afinamento das concertações políticas internacionais (NERGUIZIAN, 2015, p. 123-125).

Pelo menos dois regimentos antes localizados no sul foram despachados para as adjacências com a Síria, o que se soma à intensificação das operações das FAL em contextos críticos. Tropas numerosas fixaram-se, por exemplo, na cidade de Trípoli, no norte, onde radicais sunitas anti-al-Assad da zona de Bab at-Tabaaneh rivalizam com a minoria alauíta pró-Ba’th da favela de Jabal al-Mohsen. As FAL mobilizam-se com mais vigor no Vale do Bekaa, no leste, onde os embates entre o Hezbollah e os “takfiristas” mesclam-se com disputas de natureza quase clânica. Beirute aposta que o desfalque no sul, normalmente o maior foco de tensão, pode ser parcialmente compensado com os esforços de despressurização relativa encabeçados pela UNIFIL, no âmbito do chamado marco tripartite ou “marco de Naqura”, pelo qual essa força de paz intermedia os contatos entre o Exército libanês e as Forças de Defesa de Israel – FDI (NERGUIZIAN, 2015, p. 123-125).

Devotadas cada vez mais ao plano interno, as FAL, inescapavelmente, têm de lidar com fenômeno existente já de alguns anos, mas que se vem agravando: a sobreposição entre nexos de cooperação e nichos de competição com os três organismos de segurança pública: as FSI – maior entre eles –, a Segurança Geral e a Diretoria de Segurança de Estado. Às vezes, os militares apóiam ou até substituem as FSI, que, após as FAL, aparecem como a segunda mais poderosa corporação armada do Governo libanês: são 20 mil homens com dever de polícia nacional, ostentando visíveis traços paramilitares. Subjaz aos esforços de colaboração entre os dois entes rivalidade de lastro político: desde 2005, as FSI associam-se mais e mais com o 14 de Março e com o campo sunita, conquanto a sua composição confessional seja equilibrada, sendo os xiitas a maioria: 28,5% do total, imediatamente seguidos dos sunitas, com 27,7%. De todo modo, sua identificação com um grupo sectário torna as suas popularidade e credibilidade bem inferiores àquelas das FAL (NERGUIZIAN, 2015, p. 111).

A eclosão da crise síria e a propagação de sua violência sobre o Líbano concorreram para outra mudança ímpar no funcionamento das FAL: o maior apego às tradicionalmente atrofiadas funções de planejamento militar. Publicou-se, em 2013, o “Capability Development

Plan 2013-2017” (CDP). É o único documento na história militar libanesa pormenorizando os compromissos de suas forças armadas e o que se necessita para honrá-los, inclusive pela ótica orçamentária. Observa-se que a produção do CDP significou inédito aumento da importância, no aparato militar, das instâncias do Estado Maior que se encarregaram de sua elaboração: as Vice-Chefias de Logística (J-4) e de planejamento (J-5). O CDP almeja a transformação das FAL em instituição com mais autossuficiência, a partir do melhoramento da provisão de material, do treinamento e da formulação doutrinária. O plano passa por atualização, a qual visa a remoldá-lo para fazer frente ao recrudescimento da ameaça terrorista proveniente da Síria (NERGUIZIAN, 2015, p. 131-134).

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O CDP também esclarece os parâmetros para a ajuda internacional ao Líbano na esfera da defesa, a qual, mesmo com percalços, tem-se alargado sensivelmente nos últimos anos, norteadas pelo imperativo de capacitar as FAL, mas também os órgãos policiais, a abrandar os efeitos deletérios da guerra síria sobre a segurança libanesa.

O organograma da ajuda em defesa para o Governo cinge-se a diversas instâncias: o Grupo de Apoio Internacional (ISG) ao Líbano; a comissão da delegação de armas França-Líbano-Arábia Saudita (usufruindo a doação saudita de US\$ 3 bilhões); a administração de parte de segundo fundo saudita de US\$ 1 bilhão; a cooperação estadunidense; atividades inseridas diretamente no CDP; e vários convênios bilaterais em vigor ou negociação (UNITED..., 2013).⁸

O ISG corresponde a iniciativa promovida pela Secretaria-Geral das Nações Unidas (SGONU) em 2013 para apoiar o Governo do Líbano no contexto da crise síria, diante do seu impacto sobre o país, com grande influxo de refugiados e pressão sobre os serviços públicos libaneses, tendo implicações na área humanitária e na área de defesa⁹. Em Beirute, compete ao Escritório do Coordenador Especial da ONU libanês (UNSCOL) o acompanhamento do tema, com o Mecanismo de Coordenação do ISG, composto pelos Embaixadores dos Estados Membros desse foro, como os cinco integrantes permanentes do CSNU, Itália, Alemanha, Espanha, Arábia Saudita, Coreia do Sul, aos quais se soma a União Europeia (UE). O Mecanismo, que identifica sinergias e elimina riscos de duplicação, abarca unidade de concertação subsidiária, a Comissão Militar Executiva (CEM), incorporando representantes de países que desenvolvem cooperação em defesa bilateral com o Líbano.¹⁰

⁸ O autor também manteve conversa com oficial das FAL em Beirute (2015).

⁹ *Idem*.

¹⁰ *Ibidem*.

Outro feixe de coordenação do ISG atém-se à própria UNIFIL, dentro de seu Diálogo Estratégico com as FAL, delimitado à sua jurisdição do quadrante ao sul do rio Litani, com a finalidade de preparar o Exército deste país para assumir gradativamente a segurança e o controle da zona meridional e das águas territoriais, monitoradas pela Força-Tarefa Marítima (MTF) da UNIFIL.

Grande parte das frentes de assistência, plurilaterais, trilaterais ou bilaterais, não somente elevam o capital diplomático dos doadores, mas, em complemento, abrem janelas de oportunidade para o mercado de defesa libanês, o qual tem as FAL e os entes de segurança como os dois clientes de maior envergadura e caracteriza-se pela sua saturação política, tornando as repartições governamentais e agremiações partidárias interlocutoras centrais para os países prestadores de cooperação em defesa.

Assim, no ISG, contribuintes de ajuda militar aproveitam esse foro e o Diálogo Estratégico com a UNIFIL (especialmente em sua parte terrestre) como canais para maximizar as suas atividades de colaboração, dando-lhes maior visibilidade política e social, além de conseguir desdobrá-las em iniciativas de cunho praticamente bilateral. Seriam os casos dos alemães e dos italianos, com seus generosos programas de treinamento, ou dos holandeses e dos sul-coreanos, ativos no segmento de coordenação civil-militar.

Saindo do ângulo propriamente plurilateral, haveria os arranjos triangulares ou bilaterais, os quais, pelo que se pode notar, gerariam maiores dividendos políticos e estratégicos para os doadores. Entre os esquemas trilaterais, figura a comissão da delegação de armas França-Líbano-Arábia Saudita (o projeto "DONAS"), com dotação de US\$ 3 bilhões, e a segunda dotação saudita US\$ 1 bilhão, a qual permite a Beirute adquirir armas e equipamentos de outros Governos, sem haver previamente definição de quais seriam. Juntas, as duas doações perfazem o maior financiamento militar recebido pelo Líbano (CHER-LEPARRAIN, 2014).

Com a rubrica de US\$ 3 bilhões, anunciada em fins de 2013, o Reino saudita subsidiaria a produção de equipamentos militares fabricados por empresas francesas, para serem posteriormente enviados ao Líbano. Analistas da política libanesa especulavam que a motivação por trás da transferência de recursos ingentes residia na intenção de Riade de reduzir a inferioridade do arsenal das FAL diante daquele do Hezbollah. O crédito de US\$ 1 bilhão, por sua vez, fora anunciado em agosto de 2014 como incentivo para a erradicação do terrorismo, no contexto dos embates de Aarsal, localidade próxima à Síria, onde, pela primeira vez, as FAL e destacamentos policiais enfrentavam, declaradamente, o Elea Frente an-Nusra/Haii'iat Tahrir ash-Sham (CHER-LEPARRAIN, 2014).

À diferença dos US\$ 3 bilhões, sujeitos a negociações interestatais, a gerência dos US\$ 1 bilhão fora confiada diretamente ao parlamentar Saad Hariri, atualmente Primeiro-Ministro, filho de Rafic Hariri, tendo ocupado essa função anteriormente, entre 2009-2011. Como acima dito, essa segunda subvenção, que teria sido depositada no "Mediterranean Bank", de propriedade da família Hariri, vinha sendo alocada para diferentes acordos de venda, intermediados por Saad, quem, antes de reassumir a chefia do Governo, também participava das tratativas para desembolso dos US\$ 3 bilhões. Separaram-se US\$ 550 milhões do 1 US\$ bilhão para as FAL, e o restante foi repassado às FSI.

Tanto os US\$ 3 bilhões quanto os US\$ 1 bilhão vinham sendo desembolsados lenta e irregularmente. Pelo que reporta a imprensa, parcela de somente 20% da primeira doação teria sido entregue à França, ao passo que 70% da segunda já teriam sido empenhados. Os atrasos e as complicações foram causados pela multiplicação de comissões, legais e ilegais, bem como por alterações no relacionamento entre os sauditas e seus aliados libaneses sunitas da sigla Futuro. A morte do rei Abdullah propiciou a ascensão de seu meio-irmão, Salman, à frente de novo triunvirato real em que todos pertencem ao tronco Sudairi da família Saud. O príncipe herdeiro, Muhammad bin Naif, por exemplo, não cultivaria relações próximas com Hariri (VLOEBERGHES, 2012). Justapõem-se outras razões políticas, como o repúdio do Hezbollah à aliança militar capitaneada por Riade contra os Houthis do Iêmen e à obstinada oposição dos sauditas ao Governo sírio e à ascensão regional iraniana. Injunções econômicas contaram igualmente: as restrições no orçamento saudita, pressionado pela queda dos preços do petróleo, e a desvalorização do euro, obrigando a renegociar os preços dos armamentos franceses.

Em fevereiro de 2016, com surpreendente ofensiva diplomática, o trono saudita decidiu suspender as duas contribuições, dentro de pacote de sanções que golpeavam a economia libanesa. O argumento principal brandido por Riade para justificá-las derivaria da insatisfação de seu Governo com as posições excessivamente neutralistas de Beirute na LEA e na Organização da Cooperação Islâmica (OCI), percebidas como, na realidade, sintonizadas com o Irã e com o Hezbollah, em desalinho com a unanimidade árabe (MAMARBACHI; KOSTRZ, 2016). Não se descarta que países de pouca penetração no mercado militar libanês, mas de expressividade política, comecem a dar alternativas de ajuda para ocupar minimamente o vácuo deixado por Riade. Os iranianos, por exemplo, voltaram a oferecer munições e armas, cuja aceitação deverá esbarrar no veto dos EUA e em incompatibilidades técnicas com o material ocidental usado pelos libaneses. Os russos também querem ampliar a sua cooperação, aproveitando momento em

que eles renovam a sua influência no Oriente Médio ao desempenharem papel de realce no palco militar sírio (TANAAFUS..., 2016; TASLIH..., 2016). Paralelamente, o novo Governo, com o Presidente Aoun e o premiê Saad Hariri, envidaria esforços diplomáticos com os países do Golfo, principalmente a Arábia Saudita, com o propósito de amenizar o diálogo bilateral e eventualmente reaver o apoio de Riade às FAL (LUBNAN..., 2017).

Dentro dos eixos bilaterais de assistência, destacar-se-iam os entendimentos com os estadunidenses. Sua Secretaria de Defesa e as FAL têm esquema de consulta, o "Joint Capability Review", desde 2008. Em complemento, os EUA mobilizam verbas do "Foreign Military Fund" e do "Foreign Military Sales" (FMS), com a previsão de que elas cresçam nos próximos anos. Produtos militares norte-americanos chegariam ao Líbano também custeados pela porção de US\$ 550 milhões. Para muitos formadores de opinião, o componente com maior valor estratégico da ajuda de Washington seriam as seis unidades de aviões turbo-hélice A-29 "Super Tucano", manufaturadas pela empresa brasileira Embraer, em associação com a firma aeroespacial americana "Sierra Nevada". O despacho das aeronaves deve ser concluído em 2019, sendo que a fase de treinamento dos pilotos já começou nos EUA (TAAIARUUAA..., 2017). Inicialmente, os americanos e os sauditas as cofinanciariam. Com o boicote de Riade, não se descarta que o Departamento de Estado e o Pentágono prontifiquem-se a arcar com a integridade das despesas. Possuindo os A-29, o regimento aerotransportador das FAL transformar-se-ia em agente crucial para debelar células jihadistas na fronteira com a Síria.

O compromisso da administração norte-americana em armar e treinar as FAL, bem como os corpos policiais, para represar as novas ondas de terrorismo, reassegura a posição dos EUA como, de longe, o principal sócio do Líbano para assistência em defesa. Por mais que parcerias tradicionais com outros Governos (como o da França) proliferem, e que potências como o Irã ou a Rússia tentem abrir brechas no mercado libanês de armas, elas não teriam como aportar o diferencial esperado da ajuda de Washington, e Beirute cairia em relação de dependência militar.

Não deixa de chamar a atenção o fato de que os americanos articulam estratégia análoga em outro setor estratégico para os libaneses: seus serviços bancários, pilar da economia do Líbano, aproveitando-se de sua estrutura monetária altamente dolarizada: 65% dos depósitos bancários, 70% do pagamento das importações, a quase totalidade das remessas da diáspora e grandes frações da dívida externa e das reservas do Banco Central são em dólar. Consequentemente, o arcabouço macroeconômico e o capitalismo financeiro libaneses atrelam-se ao

ritmo da moeda dos EUA e às medidas de seu Governo para combater o financiamento do terrorismo e de outros ilícitos.

Essa espécie de cerco americano sobre a segurança e as finanças do Líbano, sustentáculos de sua estabilidade, atenderia aos desígnios da aliança estratégica entre Washington e Tel Aviv, principal referência a guiar a ambígua diplomacia estadunidense para o Líbano. Podendo regular o crescimento da capacidade militar libanesa, sem falar da dinâmica de boa parte de sua economia, os EUA, ao mesmo tempo em que buscam eliminar focos de terrorismo, protegem a enorme superioridade estratégica militar israelense sobre o Líbano (SKULTE-OUAISS, 2016). O controle só não é maior porque o Hezbollah, fonte de preocupação precípua das elites políticas e castrenses de Israel em relação à sua fronteira setentrional, tem desenvolvido capacidades militares com suporte iraniano e sírio, em grande parte à prova dos mecanismos de monitoramento ocidental. Da mesma forma, o "Partido de Deus" amealha recursos da economia paralela libanesa, equivalente a cerca de 35% do PIB oficial (ISKANDAR, 2014).

RELAÇÃO COM A UNIFIL E COM O HEZBOLLAH

O conhecimento das FAL não pode ser completo sem analisar a sua interação, no sul do Líbano, com a UNIFIL e o Hezbollah. As conexões entre essas entidades adquirem forma triangular, em que se desenvolvem complementaridades e se superam lacunas de confiança, subsistindo, mesmo assim, focos de tensão.

É lícito afirmar que, no atinente à UNIFIL, desde a sua implantação no Líbano em 1978, ela pôde consolidar laços de cordialidade com as FAL, se bem que esse dispositivo onusiano vem testemunhando no curso dos anos sobressaltos, tendo de lidar com agentes não-estatais que o Exército libanês jamais conseguiu neutralizar: o renegado Exército do Sul do Líbano, ligado a Israel; o próprio Hezbollah; as múltiplas guerrilhas palestinas, esquerdistas, nacionalistas ou islamistas (FPLP, FPLP-CG, FDLP, FATAH-Intifada, HAMAS, Jihad Islâmico, etc); e, mais recentemente, as células salafistas, a exemplo das Brigadas Abdallah al-Azzam, do FATAH al-Islam e do Jundash-Sham, com conexões com o EI e a Frente an-Nusra/ Haii'iat Tahrirash-Sham, além de cada vez mais presentes nos campos de refugiados palestinos, como o de 'Aiin al-Hilua, nas proximidades de Sidon (LEROY, 2014, p. 200-201).

O impulso na qualidade do relacionamento com as FAL veio após a irrupção da "Guerra do Verão" em 2006, que teve como uma de suas consequências

o fortalecimento da UNIFIL. Adicionalmente ao mecanismo tripartite, pelo qual essa força interina se interpõe, a cada três meses, entre militares libaneses e israelenses para viabilizar a comunicação, vigoram o já descrito Diálogo Estratégico, assim como a colaboração com as FAL, bem recebida pelo Hezbollah, para que ela auxilie a UNIFIL em seu exercício de aproximação junto à população local, majoritariamente xiita.

O duo FAL-Hezbollah, por sua vez, é repleto de sinuosidades. O elo entre essas duas forças oscilaria entre a disputa e a ajuda mútua. Com os Acordos de Ta'if, tanto o aparelho militar como "o Partido de Deus" passaram a considerar-se, oficialmente, unidos na luta contra Israel, mas o segundo, com maior poder de fogo e redes de inteligência, sempre questionou a efetividade ou até a vontade das FAL em enfrentar o Tsahal. A guerra de 2006 pôs ainda mais a descoberto tal assimetria, inclusive porque o ato de ignição desse conflito, o sequestro de comandos israelenses pelo Hezbollah, ocorreu à revelia das FAL. A Resolução 1701 do CSNU, que fixou os termos para a cessação de hostilidades entre o Hezbollah e as FDI semeava outra potencial discórdia entre a Resistência Islâmica xiita e os militares, visto que o texto, ecoando a Resolução 1559, exortava as FAL a serem o único poder armado legítimo, recomendando a desmobilização do Hezbollah no sul. Tampouco em Nahrel-Bared, em 2007, ou em Beirute Oeste, em 2008, a sintonia entre os dois atores revelou-se suficiente (LEROY, 2014, p. 198-200). Aliás, em geral, no que tange aos campos palestinos, o "Partido de Deus" desfruta de vias de comunicação fluidas com suas milícias, sobretudo as islamistas, como o HAMAS (embora desde o começo do conflito sírio elas tenham-se deteriorado), e o Jihad Islâmico, mas também as esquerdistas, como a FDLP, a FPLP e a FPLP-CG (DOT-POUILLARD, 2015).

Sustar o crescimento dos bolsões "takfiristas" sunitas no Líbano faz coincidir, porém, importante objetivo do Exército libanês com a luta travada pelo Hezbollah contra os inimigos do regime al-Assad, na Síria, mas também no próprio Líbano. Surgem, assim, convergências táticas ou mesmo estratégicas. Por exemplo, o maior patrulhamento militar da faixa limítrofe sírio-libanesa é benéfico para as incursões do Hezbollah no país vizinho, como nas batalhas de Qussair, em 2013, e Qalamoun, em 2014, ou nas frentes de batalha que se desenrolam simultaneamente na atualidade. Não se sabe a extensão dessa simbiose, que pode ampliar-se ou retrair-se, até porque a blindagem da fronteira pelas FAL poderia prejudicar as linhas de suprimento do "Partido de Deus", a menos que se dê permissão tácita para que elas continuem ativas. Na dimensão social e política, a aproximação ou a percepção de aproximação entre as FAL e o Hezbollah cobra preço: a maior animosidade da comunidade sunita diante

das instituições castrenses, erodindo parcialmente sua imagem de bastião da unidade nacional e do supra-sectarismo. A antipatia do sunismo libanês pode penetrar os próprios escalões militares, embora, até o momento, as evidências dão conta de que as defecções de quadros dessa denominação islâmica sejam mínimas (MOUSSA, 2016).

A complexidade do andamento da crise síria tende a reforçar incógnita sobre o futuro das relações entre o aparelho militar e o "Partido de Deus", e se a equação de força entre os dois continuaria pendendo maciçamente em favor do segundo. Decerto, as FAL estariam acumulando maior perícia, em particular em ações de repressão ao jihadismo, capitalizando o apoio externo e fortalecendo-se institucionalmente.

Já quanto ao Hezbollah, as opiniões divergem. De uma parte, argumenta-se que suas tropas em território sírio têm sofrido muitas baixas, provocando desmoralização nas fileiras da Resistência, ao mesmo tempo em que a sua imagem pública ficaria maculada no cenário interno libanês, sob constantes acusações, pelos adversários sunitas, de que a entrada do Hezbollah na Síria tem acarretado o transbordamento do conflito para o Líbano. Em visão diametralmente oposta, o Partido de Deus, na Síria, a despeito de suas perdas humanas, estaria ampliando cada vez mais a sua projeção internacional. Seus efetivos, afora treinarem milícias pró-al-Assad como a Força de Defesa Nacional e combatentes xiitas de diversas nacionalidades (afegãos, iraquianos, paquistaneses), participam de variadas frentes de batalha. Ganham inédita experiência tática e estratégica, em determinada medida graças à coordenação com os russos. Enriquecem seu arsenal, inclusive capturando armamento sofisticado antes nas mãos de facções rebeldes anti-Ba'th. Por fim, passam a exercer influência nas regiões onde combatem, como no Golã sírio, o qual, no futuro, poderá transformar-se em novo posto avançado contra Israel, duplicando a frente no sul do Líbano (POWER, 2016; RANSTROP, 2016).

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, A. E. Rising powers in stormy seas: Brazil and the UNIFIL maritime task force. **International Peacekeeping**, Abingdon, v. 23, n. 3, p. 389-415, 2016.
- AL-MODON Taslih 'liiraan li al-jaish al-mubaadara al-mustahiil. Beirut, 25 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.almodon.com/portal>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- AL-MODON Tanaafus 'aamiirikii-ruusii 'alaa tasliih al-jaish al-lubnaanii. Beirut, 4 maio 2016. Disponível em: <<http://www.almodon.com/portal>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- AL-MODON Lubnan uua ad-dual al-khalijj: mauuaaqif 'auun tana'kis 'ala al-hariirii. Beirut, 9 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.almodon.com/portal>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- CAMMETT, M. et al. War, conflict, and the military in the Middle East. In: _____. **A political economy of the Middle East**. 4. ed. Boulder: Westview, 2015. p. 355-387.
- CHER-LEPARRAIN, M. L'Arabie Saoudite renforce l'armée libanaise avec des armes françaises: une transaction acceptée par le Hezbollah. **Orient XXI**, Paris, 24 nov. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2zxCdCE>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- DOT-POUILLARD, N. Between radicalization and mediation processes: a political map of Palestinian refugee camps in Lebanon. In: **Civil Society Knowledge Center**, Beirut, 1º out. 2015. Disponível em: <<http://ceip.org/2KNp9y5>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- EL-HUSSEINI, R. **Pax syriana: elite politics in postwar Lebanon**. New York: Syracuse University Press, 2012. p. 86-121.
- EL ZEIN, D.; NOTTEAU, M.; DRAVET, C. **Géopolitique du Liban**. Paris: SPM, 2013. p. 278-298.
- FULL of sound and fury. **The Economist**, New York, 22 ago. 2015. Disponível em: <<https://econ.st/2L2xvRS>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- GEISSER, V. "The people want the army": is the Lebanese military an exception to the crisis of the State? In: DI PIERI, R.; MEIER, D. (Eds.). **Lebanon facing the Arab uprisings: constraints and adaptation**. London: Palgrave MacMillan, 2017. p. 93-113.
- HUCHON, O. Forces militaires au Maghreb et au Moyen-Orient. **Les Clés du Moyen Orient**, Paris, 23 mar. 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2NDLbFP>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- ISKANDAR, M. The economy in mid-2014. **Lebanon Opportunities**, Beirut, v. 17, n. 7, p. 44-50, jul. 2014.
- KNUDSEN, A. J. Lebanese armed forces: a united army for a divided country? In: **CMI Insight**, Bergen, n. 9, nov. 2014. Não paginado.
- LEROY, D. Les forces armées libanaises : symbole d'unité nationale et objet de tensions communautaires. In: DAGUZAN, J.-F.; VALTER, S. (Dirs.). **Les forces arabes et moyen-orientales après les printemps arabes**. Paris: Eska, 2014. p. 187-205.
- MAMARBACHI, H.; KOSTRZ, M. L'économie libanaise, dernière victime du duel Téhéran-Riyad. **Orient XXI**, Paris, 22 mar. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2LdbbLa>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- MEIHY, M. **Os libaneses**. São Paulo: Contexto, 2016.
- MOUKITE, K. Les armées arabes : acteurs économiques d'envergure diverse. In: DAGUZAN, J.-F.; VALTER, S. (Dirs.). **Les forces arabes et moyen-orientales après les printemps arabes**. Paris: Eska, 2014. p. 117-128.
- MOUSSA, N. Loyalties and group formation in the Lebanese officer corps. **Carnegie Middle East Center, Riad El Solh**, 3 fev. 2016. Disponível em: <<http://ceip.org/2zrPSeq>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- NAJEM, T. **Lebanon: the politics of a penetrated society**. London: Routledge, 2012. p. 4-33.
- NSA FORUM Taiiaaruuaa al-jauuua al-lubnaaniia iianfudh aauala tal'aathim altadriibia 'alaa as-suubir tuukaanuu, 24 mar. 2017. Disponível em: <<http://nsaforum.com/>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- NERGUIZIAN, A. Between sectarianism and military development: the paradox of the Lebanese armed forces. In: SALLOUKH, B. F. et al. (Eds.). **The politics of sectarianism in postwar Lebanon**. London: Pluto, 2015. p. 108-135.
- POWER, B. **Hezbollah in Syria**. Charleston: CreateSpace, 2016.
- RANSTROP, M. The role of Hizbullah in the Syrian conflict. In: FELSCH, M.; WAHLISCH, M. (Eds.). **Lebanon and the Arab uprisings**. London: Routledge, 2016. p. 32-49.
- RIAL, J. **La cuestión militar en Líbano**. Buenos Aires: Resdal, 2014.

SALLOUKH, B. The art of the impossible: the foreign policy of Lebanon. In: KORANY, B.; DESSOUKI, A. E. H. (Eds.). **The foreign policies of Arab states: the challenge of globalization**. Cairo: The American University in Cairo Press, 2008. p. 283-317.

SKULTE-OUAISS, J. US-Lebanese relations: long-term schizophrenia. In: FELSCH, M.; WAHLISCH, M. (Eds.). **Lebanon and the Arab uprisings**. London: Routledge, 2016. p. 181-191.

UNITED NATIONS. **United Nations convenes international support group for Lebanon at New York headquarters**. New York, 25 nov. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2uq7Wjg>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

VLOEBERGHS, W. The Hariri political dynasty after the Arab Spring. **Mediterranean Politics**, Abingdon, v. 17, n. 2, p. 241-248, 2012.